

ARQUITETURAS DE HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES*

Hugo Segawa**

RESUMO

Contribuição para a documentação e análise do desenvolvimento das hospedarias de imigrantes no Brasil enquanto programa arquitetônico vinculado às migrações transoceânicas, organizadas para o suprimento de mão-de-obra agrícola ou colonização a partir do último quartel do século XIX até o final da 1ª República. Examina a natureza das hospedarias no contexto do Novo Mundo, descreve as instalações no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos e Campinas e constata a existência de edificações com essa finalidade em outras cidades brasileiras. Procura estabelecer analogias entre este programa arquitetônico com o de hospitais de isolamento, lazaretos, casernas e prisões.

Unitermos: *hospedarias de imigrantes – imigração – arquitetura brasileira*

“O Brasil é um país dotado de vastos recursos naturais; um terço possui excelente clima, todo ele grandes rios, extensas costas e ótimos portos a pouca distância da Europa. Que falta para que se estabeleça aqui uma poderosa corrente de imigração espontânea, que aliás se promove desde o começo do século, desde o regime da metrópole? Faltam certas vantagens materiais e condições morais do mais elevado alcance.”

Tavares Bastos.
Reflexões sobre a imigração, 1867.

(*) O presente trabalho é capítulo da dissertação de mestrado *Construção de ordens: um aspecto da arquitetura no Brasil 1808-1930*, apresentada à FAU-USP em maio de 1988. Desenvolvido com o apoio da FAPESP, CNPq e CNDU.

(**) Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos e colaborador da revista de arquitetura *Projeto*.

As hospedarias de imigrantes, em sua formulação ao final do século XIX e até quase meados do século XX no Brasil, destinavam-se à recepção inicial e hospedagem de estrangeiros, aqui chegados como imigrantes, dando-lhes assistência até seu encaminhamento como mão-de-obra para a lavoura ou para a colonização. Foram construções integradas organicamente à estrutura dos movimentos migratórios patrocinados inicialmente pelo império e conduzidos em seguida pela República, vinculados ao contexto econômico vigente e que responderam a essa correlação não apenas como alojamentos de indivíduos em trânsito mas como verdadeiras instalações arquitetônicas especificamente organizadas como infra-estrutura de assistência médica e social, consignando-lhes um caráter parahospitalar em sua ação cotidiana.

FAZER A AMÉRICA

As nossas hospedarias de imigrantes descendem, em sua concepção geral, das hospedarias desenvolvidas na América do Norte durante o século XIX, constituindo um programa arquitetônico, podemos dizer, característico do Novo Mundo, criado nas circunstâncias que cercaram as grandes migrações transoceânicas registradas em virtude do amplo e complexo quadro histórico europeu decorrente do estágio de desenvolvimento do sistema capitalista com a Revolução Industrial.

Os Estados Unidos receberam cerca de 37.620.000 estrangeiros no período 1820-1930, caracterizando-se como a nação que mais acolheu imigrantes em tempos recentes (DAVIE, 1939, p. 53). Receber esse imenso contingente não foi tarefa isenta de sacrifícios: a expectativa de um futuro promissor na América foi acompanhada de mortais epidemias que grassaram ou foram trazidas nos navios que transportavam essa população, desembarcando nesse país moléstias incubadas ou disseminadas nas longas rotas transatlânticas. Os então rudimentares conhecimentos médico-sanitários em nada contribuíram para evitar tristes estatísticas na história da emigração para os Estados Unidos (VASCONCELLOS, 1942, p. 42-3). Todavia, tentativas de criação de estabelecimentos de isolamento sanitário permitiram, ao longo do tempo, consolidar soluções arquitetônicas adequadas ao problema, simultaneamente ao desenvolvimento de um conhecimento de natureza profilática compatível com a frágil ordem sanitária no processo migratório.

AS HOSPEDARIAS COMO PROGRAMA ARQUITETÔNICO

As primeiras hospedarias de imigrantes não deixaram de ser uma variação de lazaretos, hospitais marítimos especificamente destinados ao recebimento de passageiros e cargas que inspirassem cuidados por eventualmente conduzirem moléstias contagiosas, configurando estações de quarentena em virtude da suspeita.

Nos Estados Unidos, o melhor sistema de recepção de imigrantes foi organizado para a cidade de Nova Iorque: a quarentena ficava a cerca de 14 quilômetros na ilha Staten; as embarcações sem suspeitas de contágio eram encaminhadas para a Hospedaria na ilha de Ward, mais tarde transformada em hospital com a criação da Hospedaria de Castle Garden em 1855. A partir de 1892 a Ellis Island tornou-se a principal estação de imigração, substi-

tuindo a de Castle Garden (então transformada no New York City Aquarium). Ellis Island era formada por três ilhas: a primeira abrigava a administração, inspeção, alojamento e assistência social para migrantes; o hospital situava-se na segunda ilha; e na terceira instalava-se um hospital para moléstias contagiosas (VASCONCELLOS, 1942, p. 42-3; DAVIE, 1939, p. 396).

A traumática experiência norte-americana sensibilizou também os países de onde partiam esses contingentes. A organização de hospedarias e estações de emigrantes, todavia, são mais recentes: datam em sua maioria do século XX, quando países como a Inglaterra, Áustria, Holanda, Polónia, Tchecoslováquia, Espanha, Bélgica, Iugoslávia, Romênia e, sobretudo, a Itália estabeleceram rigoroso controle sanitário em defesa de seus cidadãos em emigração ou em repatriação, implicando também na criação de escritórios nos países que recepcionariam seus conterrâneos em mudança (VASCONCELLOS, 1942, p. 45-8).

EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL

Na América Latina do século XIX e início do XX, Argentina e Brasil foram os países que em maior número acolheram imigrantes europeus; em menor escala, Uruguai e Chile (DAVIE, 1939, p. 445-9).

Os primeiros registros de vinda de estrangeiros não-portugueses destinados à colonização são pouco anteriores à Independência, com a autorização para a introdução de súfços (CARVALHO, 1940, p. 721). Essas iniciativas das primeiras décadas do Oitocentos vinculavam-se à tentativa de “povoamento de vastas áreas desabitadas com um tipo semelhante ao camponês europeu, policultor em pequena propriedade” (PETRONE, 1985, p. 96). Preconizava-se a introdução de mão-de-obra livre para a lavoura com a organização de pequenas propriedades em núcleos coloniais, sistemática que em muito marcou a ocupação territorial dos Estados do sul do Brasil.

Ao longo das décadas seguintes ganharia corpo outra tendência que antevia o desaparecimento do regime escravista e “já nos anos de 1850 fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de trabalho – tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes”. Os principais promotores desse tipo de imigração visavam a introdução do braço livre não só com o reconhecimento da iminência da abolição como também pela abertura de novas perspectivas de investimento no último quartel do século XIX: ferrovias, bancos e indústrias – alternativas de diversificação de aplicação de capital cuja imobilização em manutenção ou aquisição de escravaria sugeria maiores vantagens com o trabalho assalariado (COSTA, 1979, p. 224-6).

A abolição do tráfico de negros da África em 1850 inspirou a necessidade de se processar a gradual substituição do braço escravo pela mão-de-obra livre e em 1861 criava-se o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, tendo entre outras atribuições a questão da colonização e ao qual se subordinava a Agência Oficial de Imigração, organizada em 1863. A lei que ficou conhecida como do *Ventre Livre*, libertando os filhos de escravos nascidos a partir de 1871, provocou, em parte, substancial crescimento do fluxo migratório. A perspectiva do fim da escravidão conduziu o governo imperial a fomentar a busca do braço estrangeiro.

São Paulo constituiu um caso peculiar no movimento migratório ao final do Império. "A grande imigração para São Paulo é praticamente contemporânea do fim da monarquia, quando, em consequência do movimento da abolição da escravidão, se desenvolve toda uma política para atrair imigrantes, a fim de suprir as fazendas de café com mão-de-obra. A grande imigração que se organiza principalmente no segundo lustro da década de 1880 permitiu a extraordinária expansão dos cafezais que perdurou praticamente até a crise de 1929" (PETRONE, 1985, p. 103). Somente a partir de 1881 o governo provincial começou a dispende em imigração.

Em 1886, anteendo os desdobramentos futuros com o crescimento da lavoura do café, um grupo de fazendeiros paulistas – liderados pelo então presidente da província, Antonio de Queiroz Telles, o Conde de Parnaíba – fundou a Sociedade Promotora de Imigração, responsável pela introdução de cerca de 120.000 imigrantes até 1896, data de sua extinção, e, enquanto, existiu, respondeu também pela administração da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo (PETRONE, 1985, p. 109).

Com a República, novo panorama se desenha: a Constituição de 1891 atribuiu a questão da colonização e da imigração para os Estados e, gradativamente, a União vai reduzindo os recursos destinados a esses empreendimentos. Em 1897, extinguiu-se a Inspetoria de Terras e Colonização e em 1902 acabava-se o subsídio federal para a imigração. Somente a partir de 1907 o governo central retomaria o amparo à colonização, regularizando a sistemática de ingresso de braço estrangeiro para ocupação territorial e mão-de-obra para a lavoura (CARVALHO, 1940, p. 723-4; PETRONE, 1985, p. 98-9). Nesse quadro, apenas São Paulo pôde prosseguir com a imigração subvencionada em virtude da estrutura montada com a riqueza do café, inviabilizando-se a introdução de braços estrangeiros nos demais Estados, com a exceção do Rio Grande do Sul. Assim, se para São Paulo se dirigiram 9,2% do total de imigrantes introduzidos em 1878, em 1883 a província acolheria 17,1%; em 1897 a parcela paulista seria de 67%, ascendendo a 84% da imigração total do Brasil em 1901 (CARVALHO, 1940, p. 724).

IMPLANTAÇÃO DE HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES

Em relatório apresentado à Sociedade Internacional de Imigração, em 1867, o político, jornalista e escritor Aureliano Candido Tavares Bastos (1839-1875) assim se manifestava:

Tendo-se criado aqui uma agência oficial de colonização, é agora essencial fundar hospícios de emigrantes modelados pelo *Castle Garden* de New York ou pelo *Bremer-hofen*. Os atuais estabelecimentos deste governo são acanhados; cumpre preparar um espaçoso e bem distribuído, organizando o respectivo serviço pelo daqueles hospícios de New York e Bremen (...) Quanto ao porto do Rio de Janeiro, parece que satisfará o edifício da Saúde ultimamente arrendado pelo governo, se o dotarem com os arranjos indispensáveis. Todos os demais portos carecem de iguais edifícios (BASTOS, 1939, p. 76).

Nesse contexto das últimas décadas da Monarquia verificamos o surgimento de três hospedarias.

A Hospedaria da Ilha das Flores no Rio de Janeiro (1879) foi a pioneira de nossas hospedarias, recepcionando a grande maioria dos imigrantes aqui chegados com a subvenção do governo central. A Hospedaria de São Paulo (1887) foi criada por iniciativa do Conde de Parnaíba, então presidente da Província, o qual participou também da fundação da Sociedade Promotora de Imigração. Nada mais sabemos a respeito da Hospedaria de Juiz de Fora (anterior a 1889) além de uma citação feita por Émile Levasseur na *Grande Encyclopédie* por volta de 1889 (apud PRADO, 1904, p. 199). Com a República, o Estado de São Paulo intentou a criação de algumas outras hospedarias, além daquela herdada do Império: em Santos e em Campinas (cujas construções foram iniciadas, mas jamais concluídas para a finalidade original), uma hospedaria provisória em São Bernardo do Campo (hoje Santo André) na linha da então São Paulo Railway, ativa no período 1893/96 em decorrência de uma epidemia de cólera que grassava na hospedaria da Capital, e uma agência oficial de imigração em Cachoeira, à margem da antiga Central do Brasil e que funcionou entre 1892 e 1897 (MENDES, 1941, p. 90; NOGUEIRA, 1981, p. 43-6).

A Ilha das Flores

A primeira hospedaria de imigrantes criada no Brasil localizou-se ao norte de Niterói, “em três ilhas adquiridas pelo Governo Imperial ao Senador Silveira da Mota”, e cujo início de atividades se registrou em 1879 com o desembarque de 4.736 imigrantes durante o ano (ALMEIDA, 1951, p. 15-6; VASCONCELLOS, 1942, p. 39). No período 1881/90 a Ilha das Flores recebeu um total de 452.700 imigrantes numa média anual de 45.170 indivíduos. Consta que, ao fim do século XIX, a recepção de 5.000 pessoas foi feita às custas de esteiras e barracas provisórias (VASCONCELLOS, 1942, p. 41-2).

O Decreto nº 9.081/1911 determinava que “a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores é o estabelecimento destinado à hospedagem dos imigrantes chegados ao porto do Rio de Janeiro” e que “a permanência dos imigrantes na Hospedaria durará o tempo preciso para o despacho aduaneiro de suas bagagens, desinfecção destas, quando for conveniente, indicação ou escolha do destino e espera da condução” e que “em caso de doenças, os imigrantes recém-chegados terão tratamento médico, medicamento e dieta, sendo recolhidos à enfermaria da ilha quando preciso, tratando-se de enfermidade passageira; devendo ser removido para os hospitais do Rio de Janeiro, em caso de moléstias contagiosas ou infecciosas, ou quando necessário tratamento mais demorado” (VASCONCELLOS, 1942, p. 37-8). A partir da legislação temos uma sucinta noção do funcionamento e dos encargos de uma hospedaria. Num relatório de 1941, a Ilha das Flores era descrita com as seguintes instalações: cais; pontos de desembarque; pavilhão de recepção e de administração; refeitório e alojamento de casais; cozinha e copa; pavilhão sanitário; pavilhão de alojamento; pavilhão clínico; casa residencial do diretor; residência de funcionários; pequenos pavilhões; pavilhão de isolamento; carreira para reparo de embarcações e instalação de água e esgoto (VASCONCELLOS, 1942, p. 50-1). Noutra apreciação, observa-se que “a Hos-

pedaria localizada na Ilha das Flores, cujo aspecto panorâmico atinge às manifestações da poesia e da arte, apresenta alguns inconvenientes na sua distribuição em pavilhões isolados e distantes, porquanto certos problemas assistenciais e administrativos exigem maior dispêndio de ação (...); e adiante: “entretanto, a natureza acidentada do terreno concorreu para o dispositivo das construções” (ALMEIDA, 1951, p. 21). Em essência, a Hospedaria da Ilha das Flores configurava uma variação de um lazareto, como aquele construído na Ilha Grande defronte a Angra dos Reis na década de 1880, segundo projeto do engenheiro civil Antonio de Paula Freitas. Decerto o modelo da Ilha das Flores pode ser identificado na já mencionada Hospedaria de Castle Garden de Nova Iorque.

Hospedaria de Imigrantes de São Paulo

Completamente distinto do padrão da Ilha das Flores, a hospedaria paulistana adotou outro partido arquitetônico.

Mediante a Lei nº 56/1885, o governo provincial estava autorizado a construir um prédio para a hospedaria de imigrantes “nas proximidades das linhas férreas inglesa e do Norte”, em substituição a uma antiga localizada no Bom Retiro, considerada então inadequada. O arquiteto da nova hospedaria era o alsaciano Matheus Häussler (autor do projeto do atual Palácio dos Campos Elfeos) e a “construção da ala longitudinal do edifício principal” foi autorizada por portaria de 27 de maio de 1886. Em junho as obras se iniciavam para ser a hospedaria inaugurada um ano depois, com “a entrada de 1.200 imigrantes”. Teria a capacidade de abrigar “comodamente 5.000 imigrantes”, já tendo por muitas vezes acomodado de 8 a 10 mil” (DUPRÉ, 1893, p. 37).

No testemunho de Alfredo Moreira Pinto, em 1900, assim se afigurava a hospedaria:

Ocupa um vasto prédio todo de tijolos com dois pavimentos e constituído por três corpos salientes, sendo dois nas extremidades e um no centro, e dois reentrantes.

O segundo pavimento tem 34 janelas de frente e o primeiro 10 janelas e 22 portas, além de dous alpendres.

Possui 10 grandes salas, onde se alojam os imigrantes, armazém da alfândega, para revistar as bagagens, um armazém para despacho das bagagens, e uma enfermaria separada do edifício. Na parte inferior funciona a Diretoria. (...).

Ao lado do edifício há um posto policial para garantir a tranquilidade do estabelecimento.

Em frente a ele param os bonds, linha Imigração.

Precede ao edifício um grande pátio arborizado (PINTO, 1979, p. 91-2).

Conhecedor dos problemas da imigração em seu tempo, Henrique Raffard deixou-nos impressões sobre a hospedaria em sua visita pela cidade em 1890 com diversas críticas ao edifício:

Ouvi dizer que em caso de necessidade aí [na hospedaria] podem ser acomodados 7.000 imigrantes, já tendo sido uns 8.000; consta que a lotação oficial é de 6.000. Levasseur, porém, fala de 4.000 (...).

Não desconheço que nenhum país possui hospedaria para tão avultado número de imigrantes – o Castle Garden, de Nova York, foi preparado para receber 4.000 pessoas a um só tempo, porém este estabelecimento, como igualmente o congênere de Buenos Aires, ocupa grande parte dos seus respectivos cômodos com várias repartições anexas de grande utilidade e completamente ausentes na Hospedaria Paulistana, e que, sendo aí estabelecidas – como é para desejar, farão reduzir os dormitórios, que então só poderão admitir 4.000 ou mesmo apenas 3.000 imigrantes – conjuntamente (RAFFARD, 1977, p. 35-6).

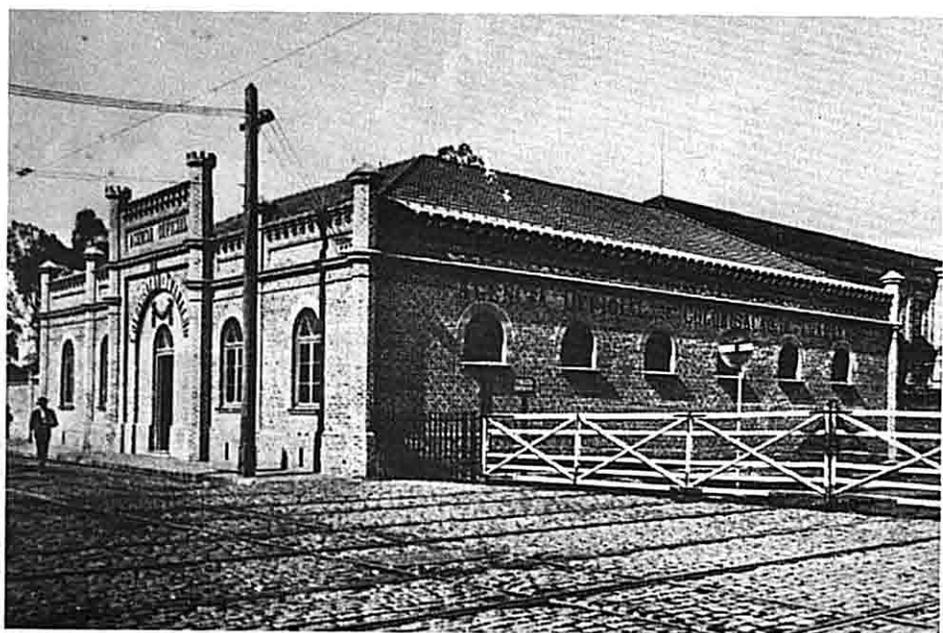


1 – Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Foto do início do século XX. Portaria, pátio e fachada principal do edifício.

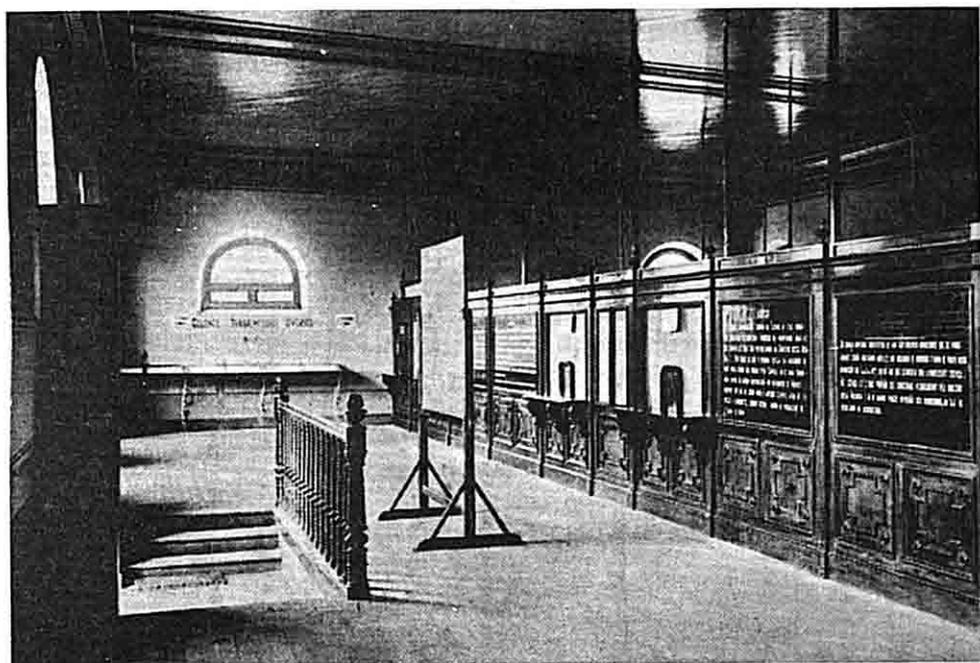
As “repartições de grande utilidade” mencionadas por Raffard devem ser os setores de desinfecção ou isolamento. A construção de um desinfetório junto à plataforma de desembarque ferroviário somente foi proposta em 1893, provavelmente em decorrência da epidemia que obrigou a criação de uma hospedaria provisória em São Bernardo [DAESP, 1893]. Raffard também criticava a enfermaria, “uma casa isolada no fundo do pátio, não se notando nela certo ar de perfeita higiene”. Considerou também o “refeitório pequeno, as cozinhas insuficientes, mormente quanto ao número de bocas de fogo, de caldeirões, etc., bastando ponderar que, para preparar a alimentação



2 – Hospedaria de Imigrantes de São Paulo. Foto do início do século XX. Fachada principal. Matheus Häussler ao projetar esta hospedaria em 1886 desenhou um conjunto organizado em planta na forma de um "E" deitado, obedecendo a uma rigorosa simetria na fachada nobre. O caprichoso aparelho de tijolo à vista das edificações sugere que a Hospedaria de Imigrantes seja uma das primeiras grandes obras com esse cuidado de acabamento dos paramentos externos. Ao fundo, à direita, o escritório da Agência Oficial de Colonização e Trabalho.



3 e 4 – Agência Oficial de Colonização e Trabalho. Fotos do início do século XX. Escritório ligado à Hospedaria de Imigrantes de São Paulo (foto acima); interior (página 31).



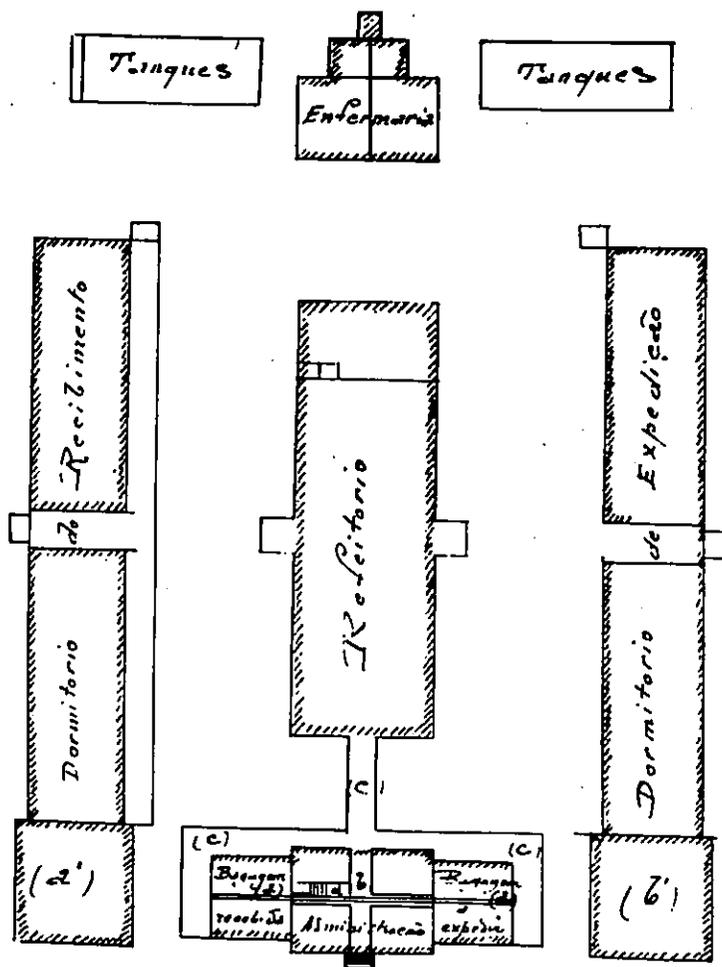
de umas 600 pessoas, a cozinha da Penitenciária dispõe de melhor e mais completa instalação”. Elogiava a varanda em redor dos edifícios, “felicíssima para agasalhar os imigrantes nos dias chuvosos” e que “o pátio era necessário como lugar recreativo dentro do estabelecimento” já que a circulação dos imigrantes restringia-se, ao chegarem à hospedaria, aos limites do muro da edificação, “como convém para manutenção da ordem” (RAFFARD, 1977, p. 36-8). Tanto este autor como Alfredo Moreira Pinto indignaram-se com a ausência de camas e toda a população migrante dormindo no chão, “para facilitar a limpeza” – não obstante tal deficiência tenha sido sanada mais tarde.

Hospedaria de Imigrantes de Campinas

A iniciativa de se erguer mais dois estabelecimentos dessa natureza no Estado de São Paulo partiu do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mediante autorização datada de 26 de julho de 1890 para aquisição de terrenos em Campinas e Santos.

A construção da Hospedaria de Campinas foi colocada em concorrência pública, no início de 1891, e suas obras interrompidas por falta de recursos (DUPRÉ, 1893, p. 37-9). Em relatório apresentado à Câmara Municipal daquela cidade e enviado para a Secretaria da Agricultura em janeiro de 1894, o engenheiro da Câmara, E. Daufresne de la Chevallerie, mais Bento Bicudo e Antonio Álvares Lobo, vistoriando as obras em outubro do ano anterior, observaram que a maior parte dos trabalhos achavam-se concluídos, faltando alguns acabamentos, cobertura de certos trechos, escadas, muros e instalações sanitárias (DAESP, 1894). Não conhecemos uma planta do conjunto, embora um esquema pertencente ao relatório em apreço permita aventar certa analogia entre as hospedarias de Campinas e a de São Paulo.

Planta geral da Hospedaria de Imigrantes em Campinas -



Escala de 1:500

5 - Hospedaria de Imigrantes de Campinas. Planta geral de 1894, com as obras não concluídas. O conjunto tinha a seguinte distribuição: rez-do-chão - salas de bagagem recebida e por expedir, corredor de entrada, passadizo de acesso para o refeitório e varandas, escada de madeira para o 1º andar; 1º andar - latrinas, pavilhão com refeitório, dois pavilhões laterais com dormitório de recebimento e dormitório de expedição, enfermaria com tanques e latrinas.

Hospedaria de Imigrantes de Santos

A hospedaria santista teve complicada trajetória. Embora contemporânea à de Campinas, a falta de recursos logo minou a iniciativa de construção em Santos. Desinteligências nos horários de desembarque e partidas de trens muitas vezes obrigavam os imigrantes a pernoitarem na cidade portuária, o que fez o governo improvisar as instalações do antigo Teatro Rink como

alojamento. Diante da precariedade desse abrigo provisório, o próprio Estado tomou a iniciativa de levantar uma hospedaria em Itapema e cuja construção foi confiada “a uma comissão de distintos cidadãos de Santos”, em 1891. Todavia, “as obras da nova hospedaria foram de tal modo executadas que antes de terminado, já se podia considerar o edifício em ruínas e em condições de não poder ser utilizado”, segundo relato do engenheiro Leandro Dupré em 1893. Uma nova tentativa foi submetida ao governo do Estado mediante um projeto da Inspetoria de Terras, Colonização e Imigração organizado pelo engenheiro Jorge Krichbaum. Assim justificava-se a solução:

tratando-se de projetar um edifício destinado a aglomeração de indivíduos que pela sua modesta condição social pouco se preocupam com os cuidados da mais elementar higiene, procuramos atender principalmente às condições de renovação constante do ar, aliadas a outras comodidades reclamadas pelo cálido clima de Santos. Parece-me que o projeto a tudo atendia, até mesmo o embelezamento daquele sítio encostado ao morro (DUPRÉ, 1894, p. 19-20).

Esforço bem intencionado embora malogrado, cujo remédio foi uma solução improvisada, a “restauração das ruínas de Itapema”. Somente no início dos anos de 1910 nova proposta de hospedaria de imigrantes em Santos emergia, desta feita projetada pelo arquiteto Nicolau Spagnuolo da Comissão de Saneamento de Santos (*Revista de Engenharia*, 1912, p. 220-6). Tratava-se de um projeto de proporções significativas cuja construção estaria a cargo da Companhia Docas de Santos. Embora as obras tenham sido iniciadas, jamais foram adequadamente concluídas e nunca chegou a receber um imigrante, tendo servido para várias outras finalidades (MENDES, 1941, p. 90).

De uma Descrição do Projeto da Hospedaria de Imigrantes de Santos de 1911, selecionamos alguns trechos:

O prédio, inscrito em um retângulo de 110m x 87m compõe-se de duas alas distintas mas ligadas no pavimento térreo pelos compartimentos destinados à cozinha e seus anexos, e no andar por um grande terraço.

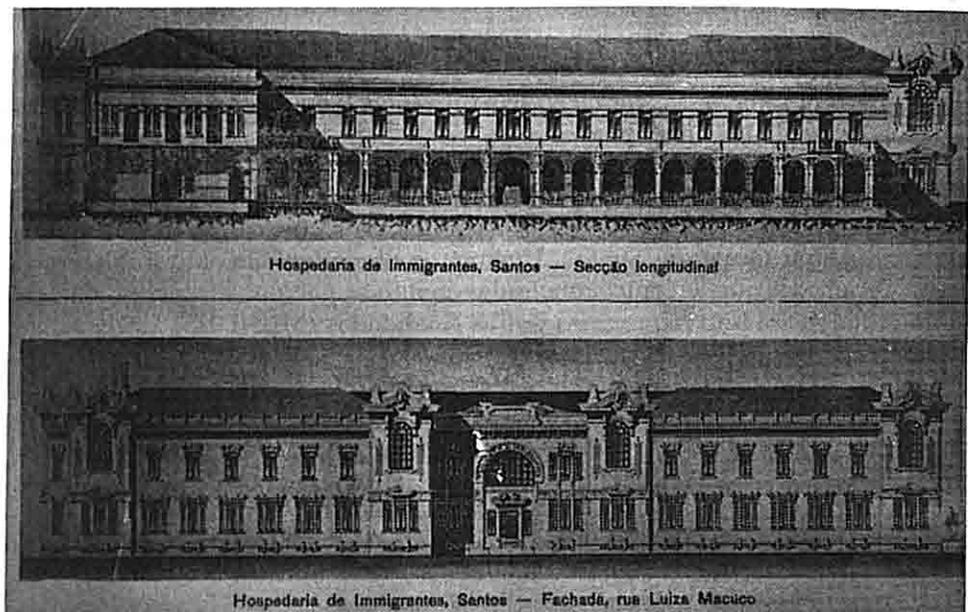
A entrada principal se acha na rua Dona Luiza Macuco (...). A entrada dos imigrantes se faz, porém, do lado do cais onde há um portão de ferro atravessado pela linha dupla de desvios da via férrea que serve ao Cais de Santos, pela qual vêm vagões descarregar diretamente os imigrantes sobre uma imensa plataforma.

Descem os imigrantes na plataforma (...) e entregam as suas bagagens que passam para as dependências de (...) conferência, despachos, depósito de bagagens sujeitas à alfândega, salão de desinfecção, compartimento dos desinfetadores e depósito geral.

E entram, aqueles, pelo corredor ao salão de banhos, [onde] despe-se o imigrante deixando sobre uma mesa as suas roupas e indo encontrá-las perfeitamente desinfetadas na parte posterior. Para isso tomam-nas os empregados e levam à Sala de conferência e às estufas do compartimento donde passam nova conferência e entrega.

Saindo do salão de banho está o imigrante limpo e por isso dividiremos a ala de chegada em duas zonas a *suja* (a que nos temos referido até agora) e a *limpa*, que passaremos a descrever (...).

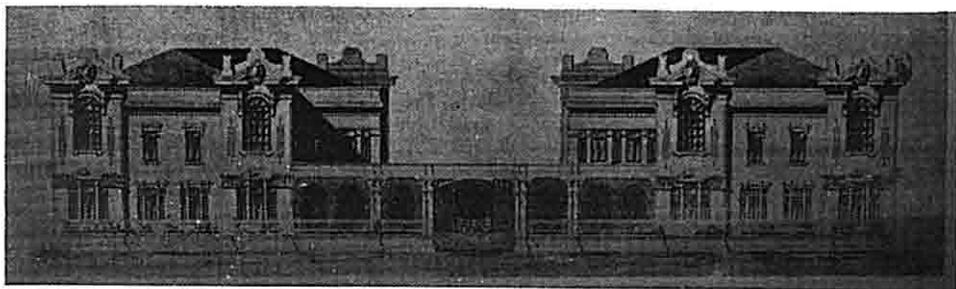
No salão de matrícula recebe o imigrante papéis, folhetos e a sua matrícula, ficando então livre e passando aos refeitórios em número de 2 com 500 lugares cada um.



6 e 7 - Hospedaria de Imigrantes em Santos (projeto). Seção longitudinal e fachada principal, voltada para a rua Luiza Macuco (foto acima); fachada voltada para as docas, por onde entrariam os imigrantes (página 35).

(...) há um salão de lavanderia de que se servirão as mulheres que dispõem como coradores de terraços sobre os pavilhões, aos quais vão ter escadas circulares.

Entre os refeitórios está a cozinha com copa, dispensa e outras dependências.



Dos refeitórios um já pertence à ala principal em que se acham a entrada nobre, as dependências da diretoria, os salões de recepção e de honra, a Secretaria e a sala do arquivista, assim como o refeitório e quartos para o pessoal e a residência do diretor (...).

À esquerda da entrada principal ficam os compartimentos destinados ao correio e ao telégrafo, bem como à moradia do guarda.

(...) os parapeitos das janelas têm como altura do peitoril ao assoalho 1,70m. Além disso os caixilhos das janelas são fixos sendo apenas móveis as bandeiras. Assim não serão fáceis as fugas pois que do lado de ruas há um alto gradil, fechando-se o portão de ferro logo que entre o trem (...).

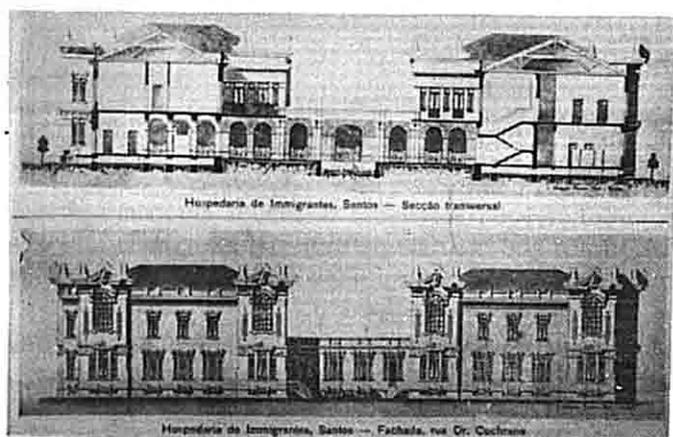
Para subirmos ao andar (...) temos duas grandes escadas, uma na ala de entrada dos imigrantes, levando à enfermaria e outra (a principal) num lado do vestíbulo e em face do salão de honra, a qual nos leva aos dormitórios.

(...) chegados ao patamar temos em face o salão de observação, à direita os salões dos convalescentes. No corpo central da ala, ainda, a farmácia, o consultório, a administração da enfermaria, os salões para médicos, os para enfermeiros, as banheiras e os W. C.

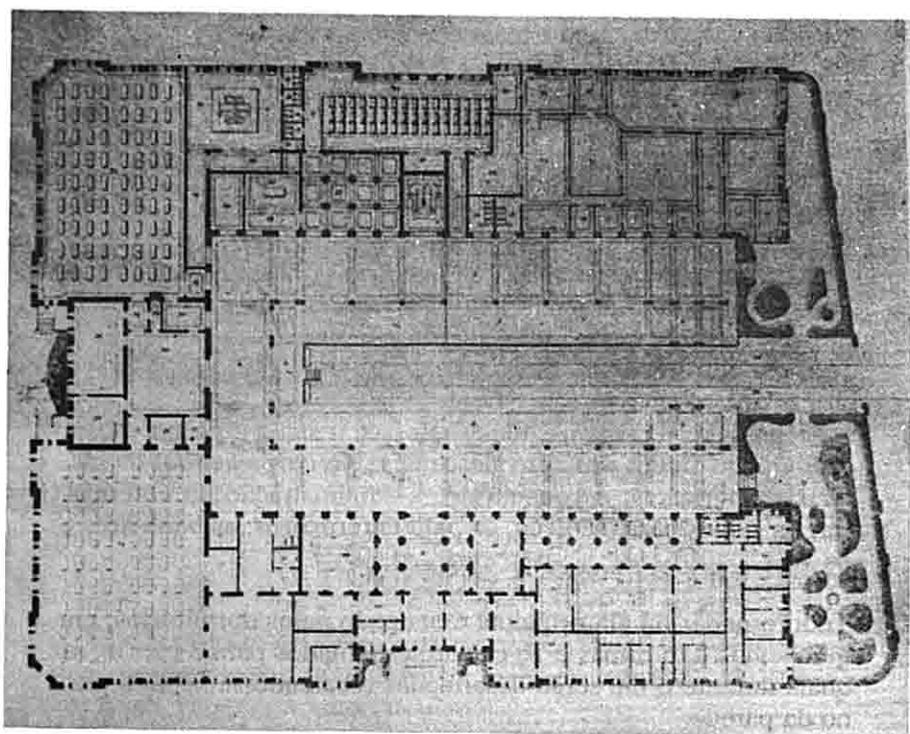
Todo o andar da ala principal é ocupado pelos dormitórios, em que vemos 216 camas e 70 camarotes isolados para 3 camas, as quais durante o dia serão desarmadas rebatendo-se sobre o plano da parede.

Além desses temos quartos para os guardas, para depósito, latrinas e mictórios.

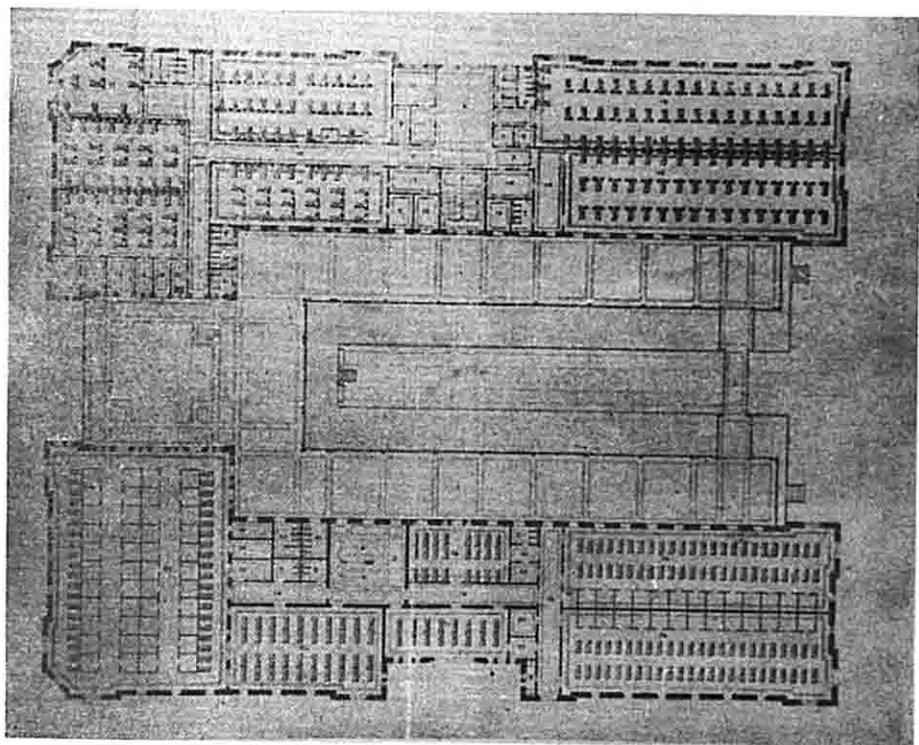
Além do andar temos os terraços aproveitados, como dissemos, 6 para coradouros e 2 para o observatório meteorológico... Esses terraços são servidos por três escadas circulares (RE, 1912, p. 220-3).



8 – Hospedaria de Imigrantes de Santos (projeto). Seção transversal e fachada lateral.



9 e 10 – Hospedaria de Imigrantes em Santos (projeto). Plantas dos pavimentos térreo (foto acima) e superior (página 37).



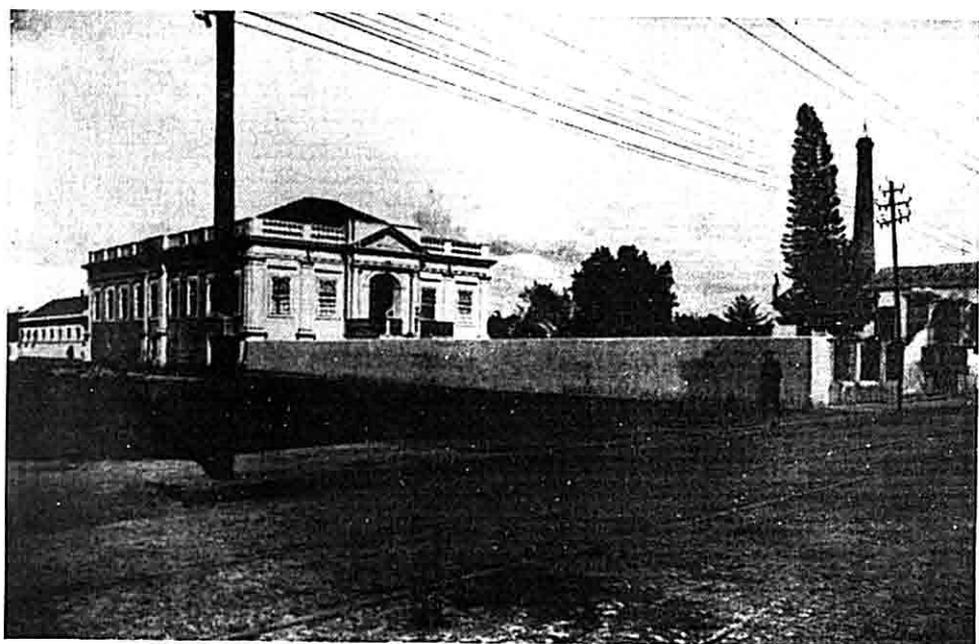
Outras hospedarias de imigrantes no Brasil.

Temos referências a outras hospedarias de imigrantes em Salvador e em Pinheiros, Estado do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 1951, p. 16), embora sem dados quanto ao período e condições de funcionamento.

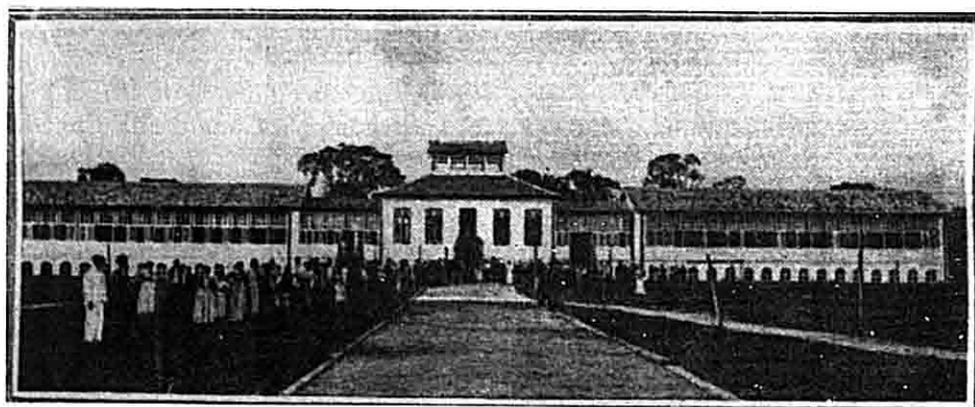
A arquitetura das hospedarias de imigrantes tem analogias com as prisões. É o que se depreende com a transformação da antiga hospedaria de Vitória, Espírito Santo, em penitenciária em 1924 (BRITTO, 1925, p. 134-5). Uma hospedaria que deveria ser instalada em Paricatuba, Manaus, antes de chegar a abrigar a função original foi convertida em prisão por volta de 1914 (BRITTO, 1924, p. 129-45). Por ocasião da epidemia de cólera que grassou em São Paulo entre 1893-96, foi aprovada pelo Congresso e Senado do Estado de São Paulo a transformação da grande hospedaria paulistana em prisão, porquanto

(...) feitos os estudos necessários, chegou-se à convicção de que o alvitre se justifica por motivos decisivos, quais são o menor custo destas instalações, relativamente ao de um prédio novo e completo para prisões – e a circunstância de corresponder o edifício da hospedaria às condições do novo serviço de que se cogitava,

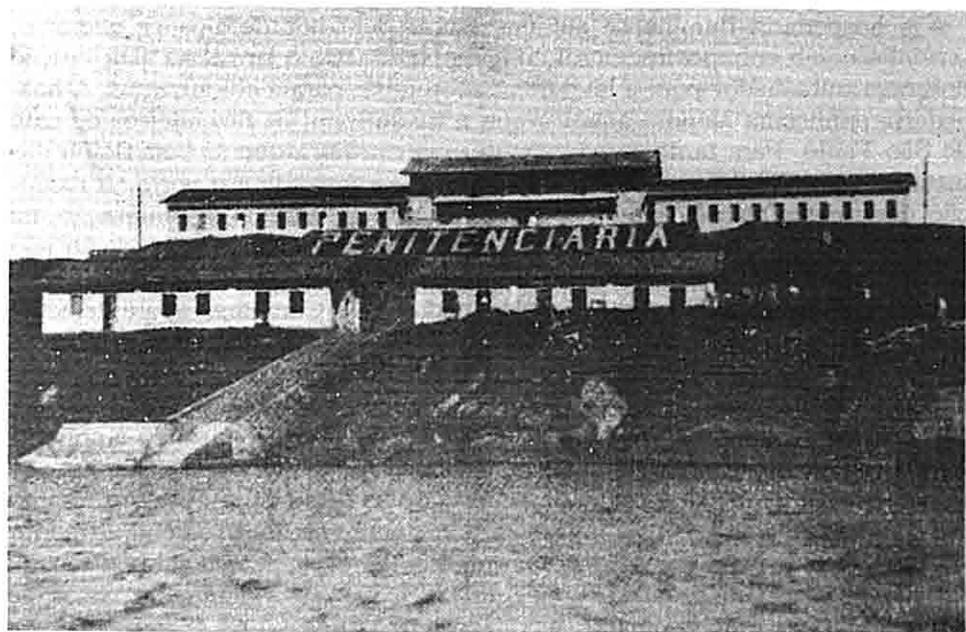
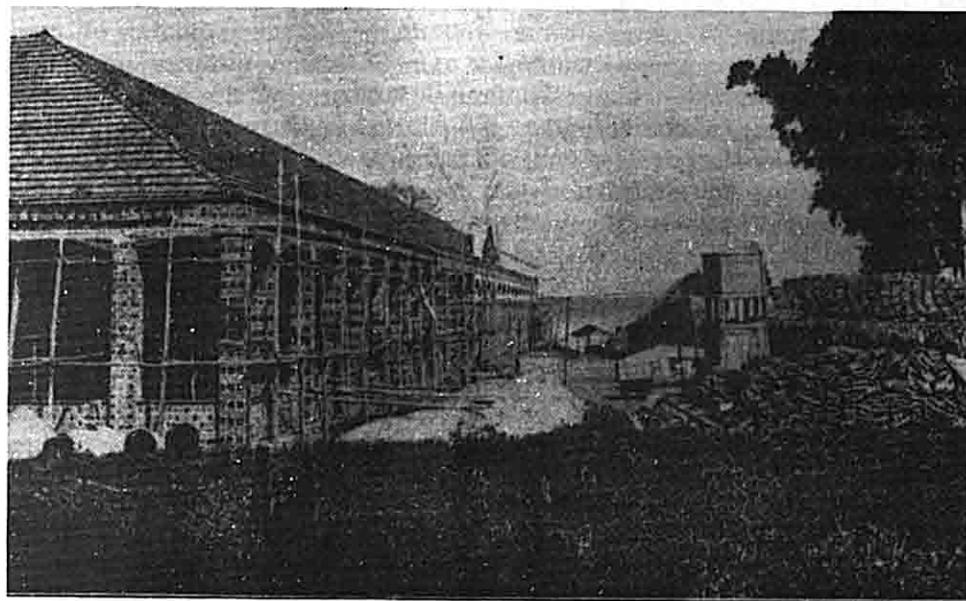
na justificativa do Presidente do Estado, Bernardino de Campos, em 1896 (MENSAGENS, 1916, p. 58-9). A proposta não se concretizou.



11 – Hospedaria de Imigrantes de Porto Alegre. Foto de 1911 c. Edifício adquirido pelo governo do Estado para nela adaptar uma hospedaria.



12 – Hospedaria de Imigrantes de Belém do Pará. Foto de 1906 c. Diferentemente de seu equivalente gaúcho, a hospedaria do norte aparentemente foi construída especificamente para a finalidade de abrigar esse programa arquitetônico.



13 e 14 – Prisão de Paricatuba, Manaus, originalmente prédio construído para servir como hospedaria de imigrantes (foto acima). Penitenciária de Vitória, edificação que alojou anteriormente a hospedaria de imigrantes do Espírito Santo (foto embaixo).

HOSPEDARIAS: SÍMBOLOS DA IMIGRAÇÃO

Definir um programa arquitetônico com identidade própria como uma hospedaria de imigrantes foi um desafio colocado ao final do século passado. Teria sentido esse esforço definidor? Afinal, para receber imigrantes bastaria conseguir um local onde esse contingente pudesse se abrigar por um certo período de tempo até seu deslocamento definitivo para as frentes de trabalho. Assim não entenderam os dirigentes governamentais à época. A preocupação do governo Imperial em adquirir três Ilhas para criar uma hospedaria – certamente inspirada na estrutura de Castle Garden de Nova Iorque – é uma demonstração ponderável em busca de uma sistemática adequada em relação à questão da imigração. A precariedade da primitiva Hospedaria do Bom Retiro em São Paulo encaminhou a construção da grande hospedaria projetada por Häussler. Em Santos, a provisoriedade do “arruinado barracão do Teatro Rink” recomendou, em diversas ocasiões, a premência de erguer uma hospedaria de imigrantes condizente. O fracasso da construção de um edifício dessa natureza em Itapema e o posterior aproveitamento das suas “ruínas” gerou a seguinte manifestação do Inspetor Leandro Dupré sobre a solução improvisada: “como hospedaria definitiva, porém, o que ali existe, não é digno da grandeza deste Estado” (DUPRÉ, 1894, p. 20). O grupo de camponeses que vistoriou a construção de sua hospedaria em 1893 não destoava do diapasão: orçaram um certo montante de recursos “para acabar este belo e útil edifício tão necessário para o desenvolvimento da agricultura, que é a base da riqueza do Estado” (DAESP, 1894).

A Hospedaria de Imigrantes de São Paulo em muito diferia da construção pioneira na Ilha das Flores: em sua estrutura de atendimento, em sua implantação arquitetônica e na sistemática de fornecimento da mão-de-obra.

A hospedaria fluminense atendia a uma demanda de alcance nacional, servindo como entreposto central contemplando todo o Brasil na distribuição do braço trabalhador para a lavoura e, sobretudo, para a colonização. A hospedaria paulistana atendia àqueles que a instituíram: os fazendeiros de café de São Paulo. Para tanto, organizaram uma estrutura que se beneficiou das instalações do dito “corredor de exportação”: a ferrovia e o porto. A recepção dos imigrantes em Santos se fazia na Agência Oficial de Imigração, na ausência de uma hospedaria digna desse nome e cuja não construção não comprometeu o sistema.

A também não construção da Hospedaria de Campinas aparentemente não maculou a imigração paulista. A hospedaria paulistana, ao que tudo indica, atendeu no que lhe foi solicitado enquanto edificação e decerto sua localização estratégica em relação às vias de penetração lhe assegurou confortável articulação com as regiões produtoras de café, dispensando a concorrência das hospedarias inconclusas. Ademais, essa centralização permitiu transformar a hospedaria numa verdadeira bolsa de trabalho: em seu recinto o fazendeiro discutia com o imigrante a sua contratação, não sendo gratuito o confinamento intramuros dos estrangeiros em virtude da valorização da mão-de-obra ali hospedada. Frequente era a imprensa denunciar casos de “atravessadores” intermediando as relações trabalhistas.

As hospedarias, em sua formulação inicial, não deixaram de abrigar soluções arquitetônicas tomadas de empréstimo aos hospitais e também às casernas. Mas adquirem personalidade própria quando impõem funções especí-

ficas inexistentes em qualquer outro programa arquitetônico e, dentro do repertório de conhecimentos arquitetônicos do período, responderam por uma complexa estrutura de atendimento a um contingente cuja heterogeneidade étnica e cultural eram inéditas em nosso ambiente. Para os brasileiros, as hospedarias de imigrantes significam o fim do regime de trabalho escravo no país em direção ao trabalho assalariado, embrião da formação de uma nova classe: a operária industrial. Para os imigrantes, a hospedaria tem outros significados. Em suas memórias, certamente, a lembrança do primeiro abrigo em terra estranha. Em terra que, para alguns, seria sua e a de seus filhos, definitivamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, João Martins de. Hospedaria de imigrantes. *Revista de imigração e colonização*, Rio de Janeiro, (2):15-26, 2. sem. 1951.
- BASTOS, Aureliano Candido Tavares. Reflexões sobre a imigração. In: ———. *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939. p. 57-127.
- CARVALHO, Péricles de Mello. A legislação imigratória do Brasil e sua evolução. *Revista de imigração e colonização*, Rio de Janeiro, (4):719-36, out. 1940.
- CORONA, Eduardo & LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo, Edart, 1972.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- DAVIE, Maurice R. *World immigration*. New York, Macmillan, 1939.
- DAESP. Secretaria da Agricultura: ofícios diversos. Ano 1893. Ordem 4.159.
- . Secretaria da Agricultura: ofícios diversos. Ano 1894. Ordem 4.165.
- DUPRÉ, Leandro. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 4 de abril de 1893. In: TIBIRIÇÁ, Jorge. *Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriçá Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 4 de abril de 1893*. Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1893.
- . Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Inspetor Engenheiro Leandro Dupré em 2 de abril de 1894. In: TIBIRIÇÁ, Jorge. *Relatório apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriçá Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sobre os serviços a cargo do respectivo Secretário no ano de 1893*. São Paulo, Typographia a Vapor de Vanorden & Comp., 1894.
- GUILLOT, Émile. *Édifices publics pour villes et villages*. Paris, H. Dunot et E. Pinat, 1912.
- MENDES, Plínio Silveira. São Paulo e seus serviços administrativos de imigração. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, São Paulo, (4):85-100, dez. 1941.
- MENSAGENS apresentadas ao Congresso Legislativo de S. Paulo pelos presidentes do Estado e vice-presidentes em exercício, desde a proclamação da República até ao ano de 1916. São Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1916.
- NOGUEIRA, Arlinda Rocha. Como São Paulo hospedava seus imigrantes no início da República. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, (23):27-49, 1981.
- PETRONE, Maria Tereza Schorer. Imigração. In: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo, Difel, 1985. p. 93-133 (História Geral da Civilização Brasileira, 9).
- PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900*. 2. ed. São Paulo, Governo do Estado, 1979.
- PRADO, Eduardo. Immigration. In: ———. *Collectaneas*. São Paulo, Salesianas, v. 1, 1904. p. 129-230.
- RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1977.
- RELATÓRIO apresentado pelo Superintendente de Obras Públicas do Estado de São Paulo, em 31 de março de 1892 ao cidadão Dr. Alfredo Maia, digno Secretário dos Negócios d'Agricultura, Comércio e Obras Públicas deste Estado. s. n. t.
- REVISTA DE ENGENHARIA. Hospedaria de imigrantes em Santos. São Paulo 1(8):220-6, 10 jan. 1912.
- VASCONCELLOS, Henrique Dória de. Hospedaria de imigrantes da ilha das Flores. *Revista de imigração e colonização*, Rio de Janeiro (3-4):27-58, dez. 1942.
- . Alguns aspectos da imigração no Brasil. *Boletim do Serviço de Imigração e Colonização*, São Paulo, (3):5-34, mar. 1941.

Fotografias – fontes

1 – Museu Paulista

2, 3 e 4 – Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

5 – Arquivo do Estado de São Paulo.

6, 7, 8, 9 e 10 – Revista de Engenharia.

11 – RELATÓRIO da Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Livraria Globo, 1911.

13 e 14 – BRITTO, Lemos. *Os sistemas penitenciários do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1924/26.

Recebido em 09 de junho de 1988.

ABSTRACT

This is a contribution to the documentation and analysis of the development of immigrant housing in Brazil, regarded as an architectural program linked to transoceanic immigration, which was organized from the last quarter of the 19th century to the end of the 1st Republic to supply labor for agriculture or to populate the country. The article examines the nature of housing in the context of the New World; it describes installations in Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, and Campinas; and it verifies the existence of such constructions in other Brazilian cities. There has also been an attempt to establish analogies between this architectural program and those of isolation hospitals, lazarettos, barracks and prisons.

Key-words: *immigration housing – immigration – Brazilian architecture*